



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. Introdução	2
2. Análise Execução Orçamental	4
2.1. Orçamento	4
2.1.1. Receita	5
2.1.1.1 Evolução da Receita	6
2.1.2. Despesa	6
2.1.2.1. Evolução da Despesa	8
2.2. Fluxos de Caixa	8
2.3. Grandes Opções do Plano	10
2.4. Custos por função	14
3. Análise da Situação Económica	15
3.1. Situação Financeira	15
3.1.1. Balanço	15
3.1.2. Demonstração de Resultados	18
3.1.2.1. Resultados Operacionais	18
3.1.2.2. Resultados Financeiros	19
3.1.2.3. Resultado Líquido do Exercício	19
3.1.3. Endividamento	19
4. Cumprimento da Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	20
5. Cumprimento da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	20
6. Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício	20
7. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício	20



1. Introdução

Tendo em conta que foi constituída a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A., (AAA), em 29 de setembro de 2020, por escritura pública de constituição, ao abrigo do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2021, de 31 de agosto, na sua atual redação.

A empresa é formada por dez municípios do Alto Alentejo (Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel) e a mesma tem como objeto social a prestação dos seguintes serviços de interesse geral na área destes concelhos, nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março:

- Abastecimento público de água, incluindo a captação, a elevação, o tratamento, a adução, o armazenamento e a distribuição de água para consumo público;

-Saneamento de águas residuais urbanas, incluindo a recolha, a drenagem, a elevação, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas através de redes fixas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais.

Os estudos realizados indicam que a gestão de ambos os serviços respeitantes a todos os municípios terá maior economia, eficiência e eficácia, tanto na perspetiva operacional como financeira se forem executados de forma agregada e em conjunto.

Esses estudos revelam também que a prossecução desse objetivo é melhor garantida através da adoção do modelo de gestão delegada previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, assegurado por uma empresa local de natureza intermunicipal constituída para o efeito, de que os municípios são os únicos acionistas.

Assim, a análise das contas individuais poderia não permitir a visão global da situação financeira do grupo municipal. Torna-se, então, necessária a apresentação das contas consolidadas.

O objetivo aqui patente é elaborar as demonstrações económicas e financeiras das duas entidades como se se tratasse de uma só.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Estipula o n.º 1 do artigo 75.º que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".



1.1 Perímetro de consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Nisa e a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A. detida em 14,99% pelo Município de Nisa.

A empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A. tem como objeto principal:

- Abastecimento público de água, incluindo a captação, a elevação, o tratamento, a adução, o armazenamento e a distribuição de água para consumo público;
- Saneamento de águas residuais urbanas, incluindo a recolha, a drenagem, a elevação, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas através de redes fixas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais.

1.2 Método de Consolidação

O método de consolidação de contas adotado pelo município de Nisa foi o método de equivalência patrimonial, nos termos conjugados do parágrafo 5 da NCP 23, dos artigos 7.º e 19.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto e da lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, na sua atual redação.

O método de equivalência patrimonial consiste, basicamente, na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).



2. Análise da Execução Orçamental

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2023, relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, correspondeu às seguintes taxas de execução:

- Foi atingido um índice de realização do orçamento da despesa de 70,69% a que correspondeu um montante de despesa de 12.979.840,48 euros.
- O Investimento realizado apresentou um coeficiente de realização de 56,25%, num valor de 3.663.391,26 euros.
- Os passivos financeiros realizados apresentaram um coeficiente de realização de 66,92% num valor de 275.243,69 euros.
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de aproximadamente 79,41%, correspondendo a um valor de 8.980.743,71 euros.
- Ao nível da receita verificou-se uma execução geral de 87,54%, a que correspondeu uma receita cobrada líquida de 16.068.473,10 euros.
- Efetuaram-se 29 alterações e 1 revisões às GOP's e ao Orçamento 28 alterações e 2 revisões.

2.1 – Orçamento

Para analisar a Execução do Orçamento, apresentam-se alguns mapas e notas. Apresenta-se no quadro seguinte a estrutura das receitas e despesas, correntes e de capital.

Analisando a estrutura orçamental o aspeto mais importante que se extrai é o facto de as receitas correntes serem superiores às despesas correntes. Também o grau de execução da receita é superior a 85% cumprindo assim o estipulado no nº 3 do art.º 56º do Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Quadro 1: Estrutura orçamental

Designação	€		%	
	Dotação corrigida	Execução	Peso por rubrica	Execução
Receitas correntes	11.642.749,00	10.385.908,50	64,64	88,66
Receitas de capital	3.336.131,00	2.380.227,56	14,81	71,31
Outras receitas	3.302.337,04	3.302.337,04	20,55	100
Total das receitas	18.281.217,04	16.068.473,10	100	87,54
Despesas correntes	11.237.117,00	8.980.743,71	69,19	79,41
Despesas de capital	7.044.100,04	3.999.096,77	30,81	56,77
Total das despesas	18.281.217,04	12.979.840,48	100	70,69



2.1.1. Receita Receitas Correntes

As receitas correntes líquidas, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente estável.

Quadro 2: Receitas Correntes

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
01 - Impostos Diretos	1.126.736,00	1.149.948,02	11,07	102,06
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	98.234,00	61.165,88	0,55	62,16
05 - Rendimentos de Propriedade	378.514,00	511.993,97	4,93	135,26
06 - Transferências Correntes	8.271.430,00	7.981.359,49	76,85	96,49
07 - Venda Bens e Presta. Serviços Correntes	1.505.835,00	637.743,79	6,14	38,13
08 - Outras Receitas Correntes	262.000,00	43.697,35	0,42	16,68
Total das Receitas Correntes	11.642.749,00	10.385.908,50	100	88,66

Conseguiu-se atingir uma execução de 88,66%. Analisando detalhadamente a estrutura da receita corrente, verificamos que a mais significativa é relativa a transferências correntes composta sobretudo pelo Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente (FEF).

Receitas Capital

Quadro 3: Receitas de Capital

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
09 - Venda de Bens de Investimento	42.937,00	6.677,39	0,02	12,87
10 - Transferências de Capital	3.276.804,00	2.373.550,17	98,00	72,44
11 - Ativos Financeiros	10	0,00	0,00	0,00
12 - Passivos Financeiros				
13 - Outras Receitas de Capital	16.380,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	3.336.131,00	2.380.227,56	100	71,31
15 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos				
16 - Saldo da Gerência Anterior	3.302.337,04	3.302.337,04	100	100
Total das Outras Receitas	3.302.337,04	3.302.337,04	100	100

A rubrica mais relevante deste capítulo é sem dúvida relativa às Transferências de Capital, que resultam fundamentalmente das transferências do Fundo Equilíbrio Financeiro de capital (FEF) e dos projetos candidatados a fundos comunitários.

A análise feita à execução da Receita de 2023 baseia-se nos valores da Receita cobrada líquida. Durante o ano 2023 a receita global atingiu os 16.068.473,10€ o que se traduz numa taxa de execução de 87,54%. A percentagem da realização das Receitas correntes foi de 88,66%. Relativamente às Receitas de capital o grau de execução foi de 71,31%.



2.1.1.1. Evolução da Receita

Quadro 4: Evolução da Receita

Designação da Receita	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Corrente	9.468.900,38	9.492.924,22	9 769 171,88	10 684 479,35	10.403.684,69	10.385.908,50
Capital	1.003.231,70	1.463.252,25	1 594 623,66	3 019 739,54	2.342.008,04	2.380.227,56
Outras Receitas	3.113.539,09	2.385.932,01	3 219 831,86	2 557 170,83	3.006.671,58	3.302.337,04
Total	13.585.671,17	13.342.108,48	14 583 627,40	16 261 389,72	15.752.364,31	16.068.473,10

As receitas correntes têm evoluído de forma positiva, se compararmos o exercício de 2018 com o de 2023, verificamos um acréscimo de 917.008,12€ ou seja um crescimento de 8,83%.

Quadro 5: Evolução das Receitas Correntes

Designação da Receita	€		Variação %
	2018	2023	
Corrente	9.468.900,38	10.385.908,50	8,83

No que concerne às receitas de capital, essas registaram um aumento de 57,85% de 2018 para 2023, pois tiveram um acréscimo de 1.376.995,86€.

Quadro 6: Evolução das Receitas Capital

Designação da Receita	€		Variação%
	2018	2023	
Capital	1.003.231,70	2.380.227,56	57,85

2.1.2. Despesa

Despesas Correntes

Quadro 7: Despesas Correntes

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
Despesas com o pessoal	5.063.668,00	4.757.175,93	52,98	93,01
Aquisição de bens e serviços	5.252.336,00	3.526.519,10	39,28	66,97
Juros e outros encargos	62.605,00	39.628,50	0,41	63,30
Transferências correntes	650.413,00	528.221,58	5,88	81,19
Subsídios				
Outras despesas correntes	208.095,00	129.198,60	1,45	92,09
Total das Despesas Correntes	11.237.117,00	8.980.743,71	100	79,41

As Despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços assumem um comportamento pouco flexível.



Analisando o quadro constata-se que as Despesas com Pessoal tiveram um peso de 52,98% no total das Despesas Correntes, enquanto a Aquisição de Bens e Serviços influenciaram as despesas em 39,28% perfazendo em conjunto o montante de cerca de 8.283.695,03€. São no conjunto as despesas que mais oneram o orçamento municipal (92,26%).

Quadro 8: Evolução das Despesas com Pessoal

Ano	Pessoal (€)	% Variação
2018	4.201.779,15	4,93
2019	4.227.937,70	0,62
2020	4 380 722,65	3,61
2021	4 357 455,57	-0,53
2022	4.393 842.49	0,83
2023	4.757.175,93	7,64

Quadro 9: Evolução das despesas com bens e aquisição de serviços

Ano	Bens e aquisição de serviços (€)	% Variação
2018	2.681.753,00	3,99
2019	2.902.078,00	10,82
2020	2 939 527,75	1,29
2021	2 969 079,91	1,01
2022	3.287.283,15	9,68
2023	3.526.519,10	6,78

Entre o ano 2018 e 2023 a despesa com aquisição de bens e serviços tem vindo a aumentar gradualmente.

Despesas Capital

Quadro 10: Despesas Capital

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
Aquisição de bens de capital	6.512.394,00	3.663.312,26	91,61	56,25
Transferências de capital	119.317,04	60.461,82	1,51	50,67
Ativos financeiros	100,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	411.279,00	275.243,69	6,88	66,92
Outras despesas de capital	1.010,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Capital	7.044.100,04	3.999.096,77	100	56,77

As rubricas das despesas de capital dizem respeito em cerca de 91,61% às Aquisições de Bens de Capital. Os Passivos Financeiros apresentam em 2023 um peso de 6,88% das Despesas de Capital.



A despesa paga em 2023 atingiu os 3.999.096,77€ o que representa uma taxa de execução de 56,77%.

2.1.2.1. Evolução da Despesa

Quadro 11: Evolução da Despesa

Euros

Designação da Despesa	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Corrente	8.258.542,60	7.790.545,84	7 986 135,31	8 077 120,37	8.633.318,32	8.980.743,71
Capital	2.988.215,15	2.338.620,07	4 041 899,17	5 177 597,77	3.816.708,95	3.999.096,77
Total	11.246.757,72	10.129.165,91	12 028 034,48	13 254 718,14	12.450.027,27	12.979.840,48

Análise da evolução da relação entre receitas correntes e despesas correntes e relação entre receitas de capital e despesas de capital

Quadro 12: Evolução da relação entre receitas e despesas

Ano	%	
	Rec. Corrente / Desp. Corrente	Rec. capital / Desp. Capital
2018	114,66	33,57
2019	121,85	62,57
2020	122,32	39,45
2021	132,28	58,32
2022	120,50	61,36
2023	115,65	59,52

2.2 – Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e os pagamentos associados à execução do orçamento evidenciando os saldos iniciais e finais.

Assim os valores dos recebimentos (receita arrecadada bruta em 2023) e dos pagamentos efetuados foram os seguintes:

Quadro 13: Evolução dos recebimentos e pagamentos

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Recebimentos						
Receita corrente	9.468.900	9.499.813	9 769 171,88	10 684 479,35	10.403.684,69	10.385.908,50



Receita de capital	1.003.231	1.463.252	1 594 623,66	3 019 739,54	2.342.008,04	2.380.227,56
Pagamentos						
Despesa corrente	8.258.542	7.990.545	7 986 135,31	8 077 120,37	8.633.318,32	8.980.743,71
Despesa de capital	2.988.215	2.338.620	4 041 899,17	5 177 597,77	3.816.708,95	3.999.096,77
Saldo para a gerência seguinte	3.113.539	3.219.831	2.555.593,19	3.006.671,58	3.302.337,04	3.088.632,62

Mantem-se a tendência da receita corrente ser muito superior à despesa corrente sendo a diferença muito superior ao valor das amortizações médias de empréstimos, cumprindo-se assim o equilíbrio orçamental estabelecido no art.º 40 da Lei 73/2013.



2.3. Grandes Opções do Plano

Análise da execução anual das grandes opções do plano

Na execução Anual das Grandes Opções do Plano, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2023, analisando-se apenas os valores referentes aos investimentos programados e executados. Relativamente à execução anual refira-se que o nível de execução nos diversos objetivos registou 59,79%.

Quadro 14: Execução das GOP'S

Código	Classificação Funcional	Dotação corrigida Euros	Valor Executado Euros	% Execução
1.	Funções Gerais	1.290.728,00	961.295,10	74,48
1.1.1	Administração geral	1.137.216,00	827.861,58	72,80
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	153.512,00	133.433,52	86,92
2.	Funções Sociais	5.412.503,00	3.147.714,08	58,16
2.1.0	Educação			
2.1.1	Ensino não superior	16.162,00	3.321,00	20,51
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino			
2.2.1	Serviços individuais de saúde	51.000,00	26.611,53	56,10
2.3.2	Ação social	48.912,00	18.334,58	37,48
2.4.0	Habituação e Serviços Coletivos			
2.4.1	Habituação	201.700,00	160.848,65	79,75
2.4.2	Ordenamento do território	1.469.960,00	715.816,25	48,70
2.4.3	Saneamento	4.060,00	4.059,00	99,98
2.4.4	Abastecimento de água	40.871,00	6.027,00	14,75
2.4.5	Resíduos Sólidos	323.877,00	305.305,07	94,27
2.4.6	Proteção meio ambiente conservação natureza	4.044,00	0,00	0,00
2.5.1	Cultura	1.855.291,00	1.325.657,37	71,45
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1.375.511,00	568.493,56	41,33
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	21.085,00	11.240,00	53,31
3.	Funções Económicas	1.383.580,00	639.839,89	46,25
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	45.000,00	37.500,00	83,33
3.2.0	Indústria e energia	41.185,00	41.184,21	100
3.3.1	Transportes rodoviários	807.316,00	273.596,26	33,89
3.3.2	Transportes aéreos			
3.3.3	Transportes fluviais			
3.4.1	Mercados e Feiras	2.000,00	0,00	0,00
3.4.2	Turismo	69.000,00	0,00	0,00
3.5.0	Outras funções económicas	327.592,00	287.559,42	87,78
4.	Outras Funções	701.856,00	505.943,74	72,09



4.1.0	Operações da Dívida Autárquica			
4.2.0	Transferências entre administrações	270.422,00	199.433,25	73,75
4.3.0	Diversas não especificadas	431.434,00	306.510,49	71,04
TOTAL		8.788.667,00	5.254.792,81	59,79

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI), espelha o investimento físico e as transferências de capital, realizado pelo Município, organizado por objetivos, programas, projetos e ações num horizonte de 4 anos. As AMR contemplam as atividades mais relevantes para o Município.

O resultando em 2023 ao nível da execução foi o seguinte:

- PPI obteve um valor de realização de 3.663.391,26€, com uma percentagem de execução anual de 56,25%.
- AMR o valor final foi de 1.591.401,55€, com uma percentagem de execução anual de 69,91%.

Assim os dados apurados em 2023 nas GOP's foram os seguintes:

Funções Gerais – Objetivo 1

Administração Geral - projetos mais relevantes:

- Maquinaria e equipamento para serviços
- Aquisição de viaturas
- Execução de local coberto para lavagem de viaturas
- Licenciamento de software

Proteção civil e luta contra incêndios – projetos mais relevantes:

- Continuação do apoio à equipa de intervenção permanente da proteção civil constituída pela AHBV Nisa
- O Município de Nisa colabora com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nisa, através da atribuição de um subsídio
- Aquisição de viatura de socorro

Funções Sociais – Objetivo 2

Ensino não superior – projeto mais relevante:

- Beneficiação de edifícios escolares

Serviços individuais de saúde – projeto mais relevante:

- Nova extensão de saúde de Alpalhão

Ação Social - projeto mais relevante:



- Fundo municipal de apoio social

Ordenamento do território - projetos mais relevantes:

- Beneficiação de arruamentos no Concelho
- Pavimentação da Estrada nº 544
- Beneficiação da Mobilidade na Av^a D. Dinis e em zonas adjacentes de acesso ao Mercado Municipal em Nisa
- Rotunda de Tolosa
- Largo do Cruzeiro em Alpalhão (2ª fase)
- Relocalização de contentor no Intermarchê

Resíduos sólidos - projetos mais relevantes:

- Viatura adaptada para recolha de biorresíduos e compostagem
- Contentores e compressores – Recolha de biorresíduos – combustão doméstica e comunitária

Cultura - projetos mais relevantes:

- Apoio a entidades no âmbito da cultura
- Obra Centro de artes e ofícios - antiga escola do Convento em Nisa
- Equipamento informático para o Centro de artes e ofícios
- Reabilitação do Edifício na Rua da Cadeia Velha em Nisa
- Outros investimentos para a cultura
- Logradouro da Casa nº10 da Rua da Cadeia Velha

Desporto, recreio e lazer – projetos mais relevantes:

- Apoio corrente a várias entidades no âmbito do desporto e lazer
- Extensão do PR1 Trilho de Jans
- Beneficiação de instalações desportivas
- É Nisa.tech – espaço multiusos de inovação e competitividade
- Campos de Padle para exterior
- Valorização do Jardim Municipal – equipamento

Outras atividades cívicas e religiosas:

- Apoio corrente a entidades



Funções Económicas – Objetivo 3

Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca – projeto mais relevante:

- Acordo de colaboração entre CIMAA e o Município de Nisa - Brigada de Sapadores Florestais

Indústria e energia – projeto mais relevante

- Energia e Iluminação Pública

Transportes rodoviários - projeto mais relevante:

- Ponte internacional sobre o Rio Sever – Ligação Transfronteiriça

Turismo - projeto mais relevante:

- Marca É Nisa

Outras funções económicas - projeto mais relevante:

- Despesas correntes - Termas

Outra Funções – objetivo 4

Transferências entre administrações - projeto mais relevante:

- Transferências diversas para as freguesias, no cumprimento do protocolo de delegação de competências

Diversas não especificadas – projeto mais relevante:

- Outros Investimentos

[Handwritten signatures and initials]



2.4. Custos por função

Apresentam-se os resultados já com custos e proveitos repartidos pelas várias funções incluindo os custos indiretos a bens e serviços.

A análise cuidada dos dados obtidos permitirá agora estudar a melhoria dos resultados. O mapa anexo apresenta os dados resultantes do balancete por funções relativos ao mês de dezembro bem como do acumulado do ano 2023 retirado diretamente da aplicação SNC – Contabilidade de Gestão, em uso no Município (Mapas CC7, CC8 e CC9).



3. Análise da Situação Económica

Limitações

A análise será feita tendo em conta exclusivamente o Balanço e Demonstração de Resultados.

3.1. Situação Financeira

Rácios Económico – Financeiros

Têm por referência a estrutura dos elementos do ativo, do património líquido e do passivo.

3.1.1. Balanço

Enquanto a execução orçamental, reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, através do Balanço e Demonstração de Resultados analisamos a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, os seus direitos e obrigações.

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância, no quadro seguinte apresenta-se resumidamente a estrutura patrimonial do Município.

Estrutura do Balanço

Município de Nisa			
Balanço em 31 de Dezembro de 2023		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	45 766 080,32	43 294 630,31
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	332 842,41	494 782,43
Ativos biológicos			
Participações financeiras	20	3 937 938,53	4 306 641,74
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	9	8 214,00	8 214,00
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Cientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		50 045 075,26	48 104 268,48
Ativo corrente			
Inventários	10	412 476,59	387 586,58
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9	16 830,84	16 830,84
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes	9	278 342,35	90 828,05
Estado e outros entes públicos	19.1	160 952,85	77 809,05
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	9	823 629,74	1 033 404,38
Diferimentos	9	61 586,02	207 173,37
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	3 377 341,19	3 651 695,47
		5 131 159,58	5 465 327,74
Total do Ativo		55 176 234,84	53 569 596,22



PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	13	29 511 525,15	29 511 525,15
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	13	1 607 397,51	1 607 397,51
Resultados transitados	13	-824 240,77	-1 595 427,82
Ajustamentos em ativos financeiros	13	674 313,41	672 103,07
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	13	21 832 215,49	21 179 578,27
Resultado líquido do período	13	24 819,90	-436 241,29
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		52 826 030,69	50 938 934,89

PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	16	175 000,00	237 171,83
Financiamentos obtidos	7	721 604,14	965 499,00
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	9	263 665,50	335 449,90
		1 160 269,64	1 538 120,73
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	9	32 263,37	37 295,35
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	19.1	60 830,84	49 486,66
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	256 055,20	287 404,03
Fornecedores de investimentos	9	31 630,13	36 919,08
Outras contas a pagar	9	805 172,84	677 143,08
Diferimentos	9	3 982,13	4 292,40
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 189 934,51	1 092 540,60
Total do Passivo		2 350 204,15	2 630 661,33
Total do Património Líquido e Passivo		55 176 234,84	53 569 596,22

Notas complementares:

Ativo

- Clientes, contribuintes e utentes – valor de 278.342,35 €
- Outras contas a receber – 823.629,74 €
- Caixa e depósitos – Total de 3.337.341,19 €

Património Líquido

- Correções a saldos de exercícios anteriores
- Individualização de bens móveis e imóveis afetos a empreitadas para registo no Património segundo o SNC-AP



Passivo

- As Provisões para processos judiciais em curso visam assegurar responsabilidades e que à data do balanço tenham ocorrência provável. Assim, em 2023 houve uma reversão no valor de 62.171,83€.
- Financiamentos obtidos – valor de 721.604,14€ referente à componente de médio e longo prazo dos empréstimos a decorrer e 256.055,20€ da componente de curto prazo.
- Fornecedores – valor de 32.263,37€
- Outras contas a pagar inclui o reconhecimento dos custos com pessoal e outros já registados em 2023.

Para melhor analisar a situação económica - financeira apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no termo do exercício económico, de forma a visualizar a situação em que se encontra o Município de Nisa, comparando os rácios nos anos de 2021, 2022 e 2023 (períodos e valores comparáveis).

Evolução dos Rácios Financeiros

Rácios	Cálculo	2021	2022	2023
Liquidez geral	Ativo corrente/Passivo corrente	3,77	5,00	4,31
Solvabilidade	Património líquido/Passivo	16,56	19,36	22,48
Endividamento	Passivo/Ativo	0,06	0,05	0,04
Grau de autonomia financeira	Património líquido/Ativo	0,94	0,95	0,96

A Liquidez Geral permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo.

Solvabilidade traduz a posição de independência do Município face aos credores. Quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos.

Endividamento mede a participação de capitais alheios no financiamento do Município, admitindo que, quando este valor é superior a 1, as entidades se encontram em situação de falência técnica. Este indicador tem demonstrado uma evolução muito positiva já que existe menos dependência do Município em relação aos capitais alheios.

O rácio Grau de autonomia financeira dá informação sobre o grau em que o património líquido financia a atividade municipal. O Município de Nisa encontra-se com um confortável grau de autonomia financeira.



3.1.2. Demonstração de Resultados

O Município encerrou o exercício, com um Resultado Líquido do Exercício positivo de **24.819,90€**.

No quadro seguinte sintetiza-se a Demonstração de Resultados espelhando os respetivos resultados.

Estrutura dos Resultados

Município de Nisa			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2023			
Valores em €			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	14 e 15	1 211 914,43	1 153 631,22
Vendas	14 e 15	85 398,29	292 042,64
Prestações de serviços e concessões	14 e 15	584 080,34	613 213,92
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 e 15	7 997 799,63	8 051 972,74
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	20	-339 679,16	31 234,39
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	5	195 381,86	50 398,44
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários b	10	-236 745,33	-195 000,14
Fornecimentos e serviços externos	19.2	-3 319 235,93	-3 032 020,97
Gastos com pessoal	19.3	-4 808 786,97	-4 383 945,48
Transferências e subsídios concedidos	19.4	-499 273,70	-838 447,55
Prestações sociais	19.4	-4 704,00	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	-621,09	-21 375,25
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	3 407,69	-31 776,55
Provisões (aumentos/reduções)	16	62 171,83	-133 589,62
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	19.5	2 655 924,66	1 312 158,42
Outros gastos	19.6	-226 926,09	-138 829,23
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 360 106,46	2 729 666,98
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-3 297 088,82	-3 165 861,42
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	3 e 5		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		63 017,64	-436 194,44
Juros e rendimentos similares obtidos	19.8	4 235,35	8 649,77
Juros e gastos similares suportados	19.7	-42 433,09	-8 696,62
Resultado antes de impostos		24 819,90	-436 241,29
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		24 819,90	-436 241,29
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		24 819,90	-436 241,29

3.1.2.1. Resultados Operacionais

Os proveitos operacionais estão condicionados essencialmente às vendas e prestações de serviços, impostos e taxas e sobretudo às transferências e subsídios obtidos.

Quanto aos gastos destacam-se fornecimentos e serviços externos, verifica-se um aumento em relação ao período anterior e ainda destacamos o peso significativo na rubrica gastos com pessoal.



3.1.2.2. Resultados Financeiros

Em 2023 foram suportados 38.197,74€ com juros, valor superior ao do exercício anterior.

3.1.2.3. Resultado Líquido do Período

Considerando os custos e proveitos totais, resultou um valor positivo de 24.819,90€.

3.1.3. Endividamento

A capacidade legal de endividamento revela-se dentro dos limites de alguma razoabilidade, não tendo ainda constituído fator impeditivo ao normal funcionamento e desenvolvimento das atividades municipais, tendo em conta as capacidades económicas e financeiras do Município.

Evolução do Endividamento

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do endividamento ao longo dos últimos anos, tanto de terceiros como a terceiros.

Dividas a Terceiros

A terceiros	2019	2020	2021	2022	2023
Curto prazo	962.921,00	555.082,00	480.240,92	287.404,03	256.055,20
Médio e longo prazo	1.884.114,00	1.398.595,00	1.215.307,06	965.499,00	721.604,14
Total	2.847.035,00	1.953.677,00	1.695.547,98	1.252.903,03	977.659,34

Registou-se uma diminuição de 275.243,69€ nas dívidas a terceiros. O Município esforça-se por cumprir e honrar atempadamente todos os seus compromissos.

Dívidas de Terceiros

De terceiros	2019	2020	2021	2022	2023
Curto prazo	153.643,79	194.210,73	142.508,96	107.658,89	295.173,19
Médio e longo prazo	8.214,00	0,00	8.214,00	8.214,00	8.214,00
Total	161.857,79	194.210,73	150.722,96	115.872,89	303.387,19

Registou-se uma diminuição considerável de 291.804,300 € que se deve ao curto prazo da dívida de clientes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 48.



4. Cumprimento da LCPA, de acordo com a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro

No cumprimento da referida Lei foram calculados mensalmente os fundos disponíveis e não existem pagamentos em atraso, ou seja, superiores a 90 dias após a data limite de pagamento.

- Fundos Disponíveis de dezembro 2023 no montante de 4.535.487,85€
- Pagamentos em atraso em dezembro de 2023 no valor de 0,00€

5. Cumprimento da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, de acordo com a Lei nº 73/2013 de 3 de setembro

No cumprimento da Lei referida os valores apurados foram os seguintes:

- Artigo 40º n.º 2 – Receita corrente bruta cobrada \geq despesa corrente acrescida das amortizações médias de médio e longo prazo
- 10.390.503,16€ \geq 9.336.031,60 (8.980.743,71 + 355.287,89)
- Artigo 56 n.º 3 – Taxa de execução da receita > 88%

6. Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Analisando as Demonstrações Financeiras do ano 2023, verifica-se que o resultado líquido do exercício apresenta um valor positivo de 24.819,90€, conforme se encontra evidenciado no Balanço e Demonstração de Resultados. O Executivo Municipal propõe a seguinte aplicação de Resultados:

Reservas Legais: 1.241,00 €

Resultados Transitados: 23.578,90 €

7. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de alterar a situação revelada nas contas.